

CONCEITO E EVOLUÇÃO DO AGRONEGÓCIO

LUCAS HENRIQUE MULTINI¹, CINTIA SOUZA DE BRITO²,
VALTER ALEXANDRE³

¹Discente do Curso Superior de Agronegócio. lucas.monteiro18@fatec.sp.gov.br

²Discente do Curso Superior de Agronegócio. Cintia.brito@fatec.sp.gov.br

³Docente do Curso Superior de Gestão Empresarial. valter.alexandre@fatec.sp.gov.br

RESUMO

Este trabalho faz parte de um conjunto de estudos sobre o conceito, evolução e tendência do Agronegócio. Analisa também o crescimento econômico a partir do agronegócio e sua relação com a preservação ambiental. São apresentadas informações sobre o agronegócio, as delimitações da natureza em relação ao meio ambiente e crescimento econômico, bem como alguns desafios e alternativas para um agronegócio mais sustentável. Dessa forma, o crescimento econômico baseado na agricultura e pecuária vem se adequando cada vez mais às normas ambientais a fim de aumentar os níveis de preservação. A evolução é abordada por meio de diversos indicadores do comportamento do agronegócio nos últimos anos, além dos indicadores usuais para analisar o tema, outros também foram usados, como o ciclo do agronegócio e os setores de atuação. As tendências representam a forma de identificar as linhas gerais do agronegócio em sua rota de crescimento futuro. Assim, foram analisadas as tendências populacionais, econômicas, tecnológicas e ambientais. Este trabalho conclui que, em função dessas tendências, projeta-se uma diversificação alimentar, com aumento da demanda de determinados grupos de produtos, a importância de novas tecnologias para o agronegócio e a busca do equilíbrio entre crescimento e práticas conservacionistas e de proteção ambiental

Palavras chave: evolução, agronegócio, sustentável, tendências.

1. INTRODUÇÃO

O Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA), afirma que o agronegócio é a expressão que resulta da fusão de agricultura e negócio. Este termo negócio tem o significado de ocupação ou trabalho visando a atingir determinados fins para satisfação de desejos ou necessidades de quem os executa. Agricultura ou agropecuária (usados aqui como sinônimos), por sua vez, relaciona-se ao cultivo da terra e recursos naturais em geral, seja para produção vegetal – grãos, frutas, legumes e verduras, fibras, madeira – ou animal – produtos da bovinocultura, suinocultura, avicultura, pesca.

As produções vegetal e animal resultantes do emprego direto de recursos naturais são classificados como matérias primas – assim como os minérios - e visam ao atendimento - como tal ou transformadas - das necessidades e desejos da população. Como exemplo, o leite é a matéria prima à que vão se combinar outros insumos para que se transforme em queijo. De fato, a matéria prima é um tipo especial de insumos – todos desaparecerão no processo produtivo – com a particularidade de provir diretamente do uso de recursos naturais. Estes, recursos naturais, podem ser agrupados em biológicos (animais e vegetais), minerais (inclusive petróleo), hídricos e outros energéticos (provenientes do sol e do vento). BARROS, G. S.A. C.

O agronegócio envolve necessariamente atividades econômicas relacionadas à agricultura. O termo negócio pode ser tomado num sentido amplo de geração de valor através do uso do trabalho e do capital; no caso do agronegócio, englobam-se a agropecuária e demais segmentos produtivos a ela relacionados.

A urbanização afastava a produção agropecuária do seu consumo. Muitas atividades, antes realizadas no campo ou no meio rural (visando ao consumo local), foram se afastando espacial e temporalmente e ganharam expressão econômica própria, com expansão de atividades de transporte, processamento, armazenamento, comerciais e financeiras, sem perder os vínculos técnicos e econômicos de origem.

O conceito de agronegócio presta-se para resgatar essa interdependência aparentemente perdida, quando, na verdade, negócios agrícolas existem há milênios. Pode-se dizer que agronegócio inclui todas as atividades econômicas (industriais e de serviços) que não existiriam se a agropecuária não existisse. DICIONÁRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS. 1ª. Ed. São Paulo: FUNDAP - Imprensa Oficial de São Paulo,

2013, v. 1, p. 76-79. O objetivo do trabalho é trazer conhecimentos gerais a respeito do conceito e evolução do agronegócio.

1.1. HISTÓRIA DO AGRONEGÓCIO

É de conhecimento popular que o agronegócio brasileiro está em constante desenvolvimento e cada vez mais presente na economia do país, competindo com outros recursos como o petróleo, e se tornando um grande ativo para investir. Mas antes de entrarmos na estatística atual temos que saber como foi a evolução do agronegócio brasileiro nas últimas décadas e como a valorização desse setor ocorreu.

“A evolução do agronegócio brasileiro se deve a dois fatores importantes, sendo estes a evolução da população brasileira e a evolução da tecnologia do país. Notavelmente, o crescimento da demanda por alimentos é proporcional ao crescimento populacional, e em consequência a tecnologia também ganha mais presença”. (Site AR Inteligência de Mercado).

“Após a crise econômica mundial entre 1850 a 1930, o café deixou de ser o produto que determinava os destinos da economia brasileira, mas por décadas o país ainda continuaria a ter uma produção agrícola superior à industrial”. (LACERDA *et al.*, 2018, p. 60).

O declínio do ciclo do café ocorreu em meio à crise mundial que teve seu ápice nos anos de 1930. A queda na demanda pelo produto nacional não implicou na subsequente redução da produção e o governo intervém com medidas protecionistas e de defesa do café. Através da compra e posterior queima desses excedentes, tal política que visava a manutenção da renda dos produtores mostrou-se falha, dado que esses recursos viriam de financiamentos através da emissão de moeda e endividamento externo.

Esta queda nos rendimentos do setor cafeeiro, como destacam Gremaud, Vasconcellos e Toneto Jr (2016, p. 352), mostra que:

Ao longo do século XX a economia brasileira transitou de uma economia do tipo agroexportadora para uma de base industrial. No início do século, as exportações eram fundamentais na economia brasileira, pois possibilitavam as importações, que eram a base da estrutura de consumo no Brasil, e o bom desempenho dessas exportações ditava o ritmo de crescimento da economia brasileira.

Desta forma a agricultura passa a dar lugar ao setor da indústria, que se faz por meio do modelo de substituição das importações, protegendo a indústria nascente dos concorrentes externos.

Em 1960, nessa década o país estava sem tecnologia no setor agrícola e, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população era de 70.992.343, o que representa apenas um quarto da população atual. Semelhantemente, graças à falta de indústria alimentícia, o Brasil importava boa parte dos seus alimentos.

Na década de 1970, as coisas começaram a mudar, pois o país começou a investir em ciência e tecnologia e toda a história começou a mudar. A EMBRAPA (Empresa Brasileira de Agricultura e Pesquisa) foi criada para viabilizar soluções de pesquisa, desenvolvimento e inovação para a sustentabilidade da agricultura, em benefício da sociedade brasileira. Cientistas bem treinados de todas as partes do mundo foram distribuídos pelo país e em consequência uma revolução tecnológica foi trazida ao país e novas técnicas agrícolas foram desenvolvidas.

De 1980 a 2000, encontramos um cenário diferente, o país está se tornando um dos líderes mundiais na exportação de commodities agrícolas, ciência e tecnologia passaram a trabalhar junto com a agricultura, aéreas cultiváveis maiores foram estabelecidas e o mais importante, o país passou a ser autossuficiente em abastecimento alimentar e começou a exportar para diversos países que não teriam alimentos se o Brasil não fornecesse.

1.2. CICLO DO AGRONEGÓCIO

Os ciclos do agronegócio são representados por quatro elementos fundamentais: insumos, produção, distribuição e consumo.

Os insumos são todas as coisas que auxiliam o agronegócio, incluindo mão de obra, máquinas, adubos, agroquímicos, transporte, entre outros.

Por sua vez, a produção diz respeito ao cultivo do solo por meio de diversas culturas, como soja, milho, café, bem como à criação de animais para a obtenção de produtos e subprodutos.

A distribuição se caracteriza pelo processamento, transporte e distribuição dos produtos do agronegócio, seja para consumidores ou intermediários que os

transformarão. Por fim, temos o consumo, que é a fase final de recebimento de produtos in natura ou processados para o uso. (CARVALHO *et al.*, 2014).

O Valor Bruto da Produção (VBP) alcançado pelo Brasil em 2021 foi de R\$ 1,21 trilhão. Este valor, representa o faturamento bruto dos estabelecimentos rurais, considerando as produções agrícolas e pecuárias e a média de preços recebidos pelos produtores rurais do país. O milho e a soja continuam sendo os principais representantes da agricultura brasileira, mas a pecuária também tem forte impacto sobre o montante faturado. (CNA – Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária).

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), pontua um total exportado com o agronegócio em 2021 foi de US\$ 120,59 bilhões, o que representa um crescimento de 19,7% em relação ao ano anterior. Dessa forma, integram a cadeia do agronegócio os mais variados perfis, incluindo:

- Empresas agrícolas;
- Pecuária;
- Fabricantes de defensivos agrícolas (como fertilizantes e herbicidas);
- Desenvolvedoras de sementes para plantio;
- Fabricantes de máquinas e equipamentos rurais;
- Produtoras de rações;
- Frigoríficos;
- Empresas de laticínios;
- Fabricantes de sucos;
- Moinhos;
- Armazéns e silos;
- Atacadistas;
- Distribuidores;
- Exportadores.
-

1.3. SETORES DO AGRONEGÓCIO

Segundo o Portal do distribuidor “Terra Magna”, a grande variedade de setores ligados ao agronegócio mostra por que ele movimenta grande parte da economia.

O senso comum aguenta a acreditar que o agronegócio está confinado às áreas rurais e aos centros urbanos, no entanto, a extrema diversidade dos setores envolvidos faz com que o negócio esteja presente em todo o Brasil e tenha um impacto significativo na economia nacional. Segundo dados divulgados pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), em 2023 a agricultura foi responsável por 28% do produto Interno Bruto (PIB) total do país o que gerou mais de R\$ 1,55 bilhão para nossa economia.

Os números de 2020 ainda não foram contabilizados, mas a CNA estima que o PIB do setor deva crescer 9 % ao ano, apesar da crise da pandemia. Os bons resultados foram possíveis devido alta de preços de diversas mercadorias, ao aumento da produção e das exportações em decorrência da desvalorização do real.

O mercado externo é um dos pontos mais importantes a serem observados quando se trata de alimentos agropecuários no Brasil. "Para cada US\$ 10 exportados do Brasil, US\$ 5 foram para o agronegócio, diz Lígia Dutra, supervisora de relações internacionais da CNA. Isso corresponde a 58 % das exportações brasileiras, segundo os últimos dados publicados em 2020.

Em cada um desses níveis, é possível encontrar uma infinidade de setores, e não há limitações exatas, já que essas divisões podem ser diferentes para cada especialista ou entidade e muitos negócios englobam mais de uma atividade.

Eles podem ser divididos em três grandes grupos, que são nomeados da seguinte maneira:

- **Setor primário:** Formado por agricultores, pecuaristas e demais produtores rurais. O Setor Primário corresponde ao campo das atividades econômicas referente a produção de matérias-primas através de recursos cultivados ou extraídos da natureza e que, posteriormente, são consumidos ou transformados em mercadorias. De modo geral, é possível fazer uma primeira divisão no setor primário entre a agricultura e pecuária, segundo a CNA (Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária) a primeira corresponde a 68% do PIB do agronegócio e a segunda, aos 32% restantes.
- **Setor secundário:** Fabricantes de insumos e agroindústrias. Os fabricantes e agroindústrias que transformam as matérias-primas do campo estão entre os setores

mais importantes. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) divulgou dados recentes que o setor secundário gera 5,9% de todo PIB do país e destaca que os setores das agrotechs estão levando o mundo da tecnologia e das startups para o agronegócio com um crescimento cada vez maior.

- **Setor terciário:** Distribuidores, transportadoras e comerciantes de produtos agrícolas. Daí chegamos ao terceiro setor, o de comércio. A distribuição e venda dos produtos rurais movimentam bilhões pelo mundo, tornando a atividade altamente lucrativa e sofisticada devido ao grau de complexidade dos três setores

1.4. PRINCIPAIS PRODUTOS DOS SETORES DO AGRONEGOCIO

O CEPEA destaca 15 setores cujos indicadores são acompanhados continuamente pela Escola Superior de Agricultura da USP:

- Açúcar;
- Algodão;
- Arroz;
- Café;
- Citros;
- Etanol;
- Florestal;
- Frango;
- Hortifrutí;
- Leite;
- Mandioca;
- Ovinos;
- Ovos;
- Suínos;
- Trigo.

1.5. TIPOS DE PRODUTORES

A classificação é feita segundo a renda bruta agropecuária anual (RBA) auferida em caso de expansão da atividade, com a receita estimada. Os produtores rurais, pessoas físicas ou jurídicas, são classificados como:

Pequeno Produtor: até R\$ 360 mil

Médio Produtor: superior a R\$ 360 mil e até R\$ 1,6 milhão

Grande Produtor: superior a R\$ 1,6 milhão.

Pequenos e médios produtores: são os chamados mini fundiários, que possuem pequenas áreas de produção. Entre eles, predomina a agricultura familiar. Cujas as plantações são realizadas em suas propriedades.

Como características do agronegócio, podemos citar as médias e grandes propriedades rurais que conseguem alta produtividade em seus respectivos ramos de produção, tanto na agricultura quanto na pecuária.

Na agricultura, é frequente a prática da monocultura, ou seja, a produção de um tipo de plantio. Em muitos casos, há propriedades que praticam as duas modalidades, criando gado e plantando algum tipo de vegetal.

As médias e grandes propriedades rurais desempenham um papel importante para outra característica do agronegócio: a modernização do campo. Esta é resultado de intensas transformações científicas e tecnológicas a partir da década de 1950, com maior intensidade na década de 1970, com o surgimento dos Organismos Geneticamente Modificados (OGM), por exemplo.

Grandes Produtores: são os latifundiários, representados por proprietários e arrendatários de grandes extensões de terra. Em geral utilizadas para a monocultura de commodities (com oferta e procura determinados pelo mercado internacional), como soja, milho e algodão.

2. EVOLUÇÃO DO AGRONEGÓCIO

2.1. DA AGROPECUARIA AO AGRONEGÓCIO

O desenvolvimento histórico da colonização é um fato intimamente relacionado à própria história do homem. Desde o surgimento das primeiras civilizações e, impulsionado de forma significativa com o crescimento das organizações econômicas e sociais através do feudalismo, a criação de novos conceitos de produção, com a finalidade de obtenção de excedentes de alimentos e aceleração dos processos produtivos, mostram-se como profundas mudanças na vida humana.

Dessa maneira, os ciclos econômicos passam a ter cada vez mais importância, ao ponto que interferem nos níveis produtivos e de qualidade dos bens produzidos.

Inicialmente, as famílias eram quase autossuficientes e produziam o necessário para sua sobrevivência. Por meio da caça, cultivo de plantas e manuseio de ferramentas rústicas, conseguiam manter uma produção de subsistência. O aperfeiçoamento e diversificação desses materiais de cultivo e práticas obtidas possibilitaram a ampliação produtiva e posterior criação de excedentes. “O excedente de produção em relação ao autoconsumo fez surgir o sistema de troca de mercadorias entre grupos sociais (tribos)”. (MENDES; PADILHA JUNIOR, 2007, p. 3).

Para fins de evolução da produção agrícola e colonização, de forma geral, são apontados por Mendes e Padilha Junior (2007) cinco principais fases ou períodos do processo de comercialização e desenvolvimento. Neles, são apontados a fase inicial, denominada por autossuficiência, seguida por organização agrária, organização agrícola, organização industrial e organização do conhecimento.

O Quadro 1 apresenta a evolução do processo de crescimento econômico e comercialização dos excedentes abordados por Mendes e Padilha Junior. Nele, é também apresentado um esboço do que seria cada tipo de organização econômica durante o período analisado.

Quadro 1 – Evolução das organizações econômicas

Autossuficiência	Pequenos grupos, sem trocas entre si. Aparecimento de pequenos excedentes individuais.
Organização Agrária	Formação de pequenos excedentes e mercados locais, com o surgimento gradativo de troca de mercadorias entre os grupos. Atividades subordinadas aos controles da Igreja.
Organização Agrícola	Rompimento dos costumes e tradições religiosas e surgimento do espírito empresarial. Início da organização de mercado livre, baseado nas leis econômicas em busca do <i>lucro</i> .
Organização Industrial	Início da era industrial com processamento para o consumo e voltado ao marketing. Uso intenso do capital e tecnologias a fim de otimizar o uso de recursos escassos.
Organização do Conhecimento	Competição baseada na capacidade de transformar informação em conhecimento, e conhecimento em ações e decisões de negócio em vista do agronegócio.

Fonte: Mendes e Padilha Junior (2007).

O agronegócio é um dos empreendimentos de grande significância nacional e internacional, uma vez que possui meios e condições de fornecer bens de consumo à toda a população de maneira primária. Além disso, é responsável pela geração de grande percentual de emprego e renda na participação do Produto Interno Bruto (PIB) de qualquer país.

A passagem da agricultura para a dinâmica de complexos agroindustriais é apresentada, como o desaparecimento da agricultura como um setor autônomo, e isto está acontecendo ainda atualmente, dando lugar a um novo ramo da própria indústria e, também como a “substituição da economia natural por atividades agrícolas integradas à indústria, a intensificação da divisão do trabalho e das trocas intersetoriais, a especialização da produção agrícola [...]”. (SILVA, 1998, p. 1).

Ainda de acordo com Silva (1998, p. 18), “o crescimento agrícola, ainda que apoiado fundamentalmente na expansão da área cultivada e em formas tradicionais de tecnologia, lentamente incorporava algumas transformações”. Desse modo, a importação e utilização de tratores, fertilizantes e herbicidas passa a vigorar na produção agrícola na maior parte das terras cultivadas.

2.2. DEFINIÇÃO DO AGRONEGÓCIO

A primeira definição do termo agronegócio aconteceu em 1957 por Ray Goldberg e John H. Davis caracterizou o setor e incentivou novos autores a conceituá-lo.

Segundo Malassis (1969), a estrutura do agronegócio está dividida em três partes: parte anterior à produção rural ou montante do agronegócio; a produção rural e setores que recebem a produção dos produtores rurais ou jusante do agronegócio.

- Produção rural.
- Agroindústria.
- Envolvimento do setor de comércio e logística.

“A integração da agricultura com a indústria remonta às origens da colonização do Brasil, onde a produção agrícola de exportação já era processada internamente. Entretanto, a agroindústria fornecedora de insumos e bens de capital para o setor agrícola assim como o segmento de processamento de alimentos em grande escala para o mercado interno podem ser visualizados como um acontecimento contemporâneo. (Sorj, et. al. 1980).

Os níveis crescentes de acumulação de capital, a expansão do mercado urbano e o próprio crescimento da agricultura, para a utilização crescente de tecnologia avançada”. O autor ainda apresenta a seguinte conceituação para o Agronegócio: “conjunto formado pelos setores produtores de insumos e maquinarias agrícolas, de transformação industrial dos produtos agropecuários e de distribuição, e de comercialização e financiamento nas diversas fases do circuito agroindustrial”.

“As relações entre indústria e agricultura na fase em que a agricultura apresenta intensas conexões para trás, com a indústria para a agricultura, e para frente, com as agroindústrias. O agronegócio é uma forma de unificação das relações interdepartamentais com os ciclos econômicos e as esferas de produção, distribuição e consumo, relações estas associadas às atividades agrárias”. (Müller, et.al.1989).

2.3. AGRIBUSINESS

No Brasil, o termo agribusiness atravessou praticamente toda a década de 1980 sem tradução para o português e em meados dos anos 90, os teóricos e os jornais passaram a utilizar o termo agronegócio, ou outros como: complexo agroindustrial, cadeias agro econômicas e sistema agroindustrial, todos dando significado para o conceito agribusiness (ARAUJO, 2003).

Dentre as mais recentes concepções de agronegócio está a do SEBRAE (2004) afirmando que o agronegócio está revolucionando a vida do campo, onde o produtor rural deixou de ser apenas o “dono” da propriedade agrícola para se transformar num empresário rural. Atualmente não basta possuir conhecimentos sobre a forma de plantar determinado produto.

A competitividade está obrigando os produtores a se modernizarem, a interagirem com o meio no qual estão inseridos, o que está exigindo que eles mudem a maneira de administrar a propriedade rural. Para que isso ocorra é necessário que os produtores abram a “porteira da fazenda” ou da propriedade para novos conceitos. A EMBRAPA (2007) caracterizou o agronegócio como toda relação comercial e industrial envolvendo a cadeia produtiva agrícola ou pecuária.

As considerações anteriores mostraram as percepções do conceito de agronegócio durante 1957 a 2007, deixando claro que mesmo com o passar do tempo, o setor tem como ideia base os sistemas integrados ligados às atividades agrícolas e pecuárias, onde surge a necessidade de análises no setor antes da porteira (insumos agropecuários) e depois da porteira (processamento e distribuição) e nas mudanças nos

perfis do consumidor, adequando os produtos oriundos do campo às estas novas exigências.

A verticalização agroindustrial passa a ser uma estrutura da agropecuária que apresenta um número muito grande de produtores. Trata-se de uma estratégia de crescimento através da incorporação de cooperativas, que possibilitam uma diminuição dos riscos e uma agregação de valor para os produtores que não teriam essas condições isoladamente.

Em qualquer país, onde as relações econômicas são definidas e implementadas com base no livre mercado, os produtores que praticam a agricultura familiar se revelam bastante fragilizados nos processos de produção e comercialização dos produtos. A heterogeneidade, sazonalidade, dispersão espacial e assimetria informacional, que afetam esses produtores, geram evidentes riscos de produção. (CRIBB; CRIBB, 2008, p. 111)

Dessa forma, o combate a esses riscos aos produtores agrícolas é feito através da verticalização da produção por meio de cooperativas e grandes empresas que substabelecem atividades ao setor agrícola. Ao associar-se às estruturas cooperativas, como afirma ainda Cribb e Cribb (2008), o produtor se beneficia devido aos processos de interdependência com a agroindústria e com as políticas econômicas de cada setor de produção. Assim sendo, cria-se uma estratégia de crescimento a qual se envolve em mais de um estágio na cadeia produtiva de determinado setor e possibilita ainda, uma agregação de valor para os produtores rurais que, isoladamente, não teriam boas condições em relação aos mercados.

A utilização do Sistema Integrado de Produção Agropecuária mostra-se sustentável ao ponto que utiliza os recursos naturais de forma mais eficiente, melhora a utilização e os ciclos do solo, reduz os custos de produção e intensifica os níveis de produtividade. (CARVALHO *et al.*, 2014).

Além da inserção das cooperativas na integração da produção agropecuária, há outro método também utilizado, geralmente no que se refere à criação de suínos e frangos de corte. O produtor integrado deve possuir alguns requisitos, como conhecimento sobre a criação e manejo dos animais e arcar com custos decorrentes de mão de obra, energia, insumos veterinários, entre outros dispêndios básicos. (ZALUSKI E MARQUES 2015).

Por outro lado, a empresa integradora é responsável por fornecer os animais pequenos para que o produtor os devolva em ponto de abate. Outra obrigação da empresa se refere à coordenação da compra de rações, fornecimento de insumos, seleção e criação das matrizes de carne até seu transporte e distribuição aos supermercados e pontos de venda.

A implantação crescente da cultura do agronegócio não se limita apenas ao aumento das extensões produtoras ou de grandes empresas agroindustriais. Beneficia ainda, os pequenos produtores e a agricultura familiar, ao ponto que trazem a necessidade da criação de um vínculo entre o produtor e o consumidor.

O produtor, por um lado, possui o conhecimento sobre o cultivo, inovação e administração dos insumos. O consumidor final, por sua vez, encontra o produto desejado, com as características esperadas para o consumo.

Mendes e Padilha Junior (2007, não paginado):

O agronegócio é um conceito mais abrangente do setor agrícola, em que a produção agropecuária é apenas uma parcela, uma vez que inclui também a aquisição de insumos e equipamentos para a produção, o processamento e a industrialização da produção agropecuária, o transporte, o armazenamento, a distribuição, ou seja, é uma visão da cadeia na sua totalidade, até chegar à boca do consumidor. Engloba tudo o que tem a ver com a produção agropecuária, com todas as transformações, até chegar ao consumidor final.

De forma geral, a atuação do agronegócio como indutor da economia e crescimento econômico não trata apenas da produção agrícola. O processo abordado por esse ramo econômico é composto por diferentes atividades, desde sua primeira implementação, à sua produção, comercialização e geração de valor econômico.

2.4. LINHAS DE FINANCIAMENTO AGRÍCOLA

A especificação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES 2021, os instrumentos de financiamento oferecidos abrangem “produtos, linhas de financiamento e programas, cujas condições de apoio refletem as prioridades e diretrizes da política de desenvolvimento do Governo Federal.”

Tabela 1 – Linhas de Crédito Agricultura Familiar

CUSTEIO	BENEFICIÁRIOS	FINALIDADE	FONTE RECURSOS	LIMITE (R\$)	JUROS	PRAZO/FORMA PAGAMENTO
PRONAMP Custeio	Banco	Agricultores familiares enquadrados no Pronaf, com renda bruta anual de R\$ 10 mil até R\$ 360 mil, exceto Grupos "A", "A/C" e "B"	Custeio para atividades agropecuárias	Até 10 mil	1,5% aa	Até 01 ano
				Acima de 10 mil até 30 mil	3,0% aa	
				acima 30 mil até 100 mil	3,5% aa	
INVESTIMENTO	RISCO	BENEFICIÁRIOS	FINALIDADE	LIMITES	JUROS	PRAZO/CARENÇA
Pronaf Investimento (Mais Alimento)	Banco	Agricultores familiares enquadrados no Pronaf, com renda bruta anual de R\$ 10 mil até R\$ 360 mil, exceto Grupos "A", "A/C" e "B"	Investimento para atividades agropecuárias	Até 10 mil	1,0% aa	Até 10 anos/até 03 anos
				Acima de 10 mil até 150 mil	2,0% aa	

Fonte: Classificação Produtor Rural – Central do Governo

Tabela 2 – Linha de Crédito Agricultura Empresarial

CUSTEIO	BENEFICIÁRIOS	FINALIDADE	FONTE RECURSOS	LIMITE (R\$)	JUROS	PRAZO/FORMA PAGAMENTO
PRONAMP Custeio	Produtor rural, com renda bruta anual até R\$ 1,6 milhão, entre outras condições	Financiamento das despesas normais de custeio produção	MCR 6-2 e MCR 6-4 (Controlados)	600 mil	4,5% aa	De acordo com o ciclo atividade, limitado 01 ano
Custeio MCR 6-2 e MCR 6-4	Produtor rural, PF e PJ	Financiamento das despesas normais de custeio produção	MCR 6-2 e MCR 6-4 (Controlados) MCR 6-4 (Não controlado)	R\$ 1 milhão não há teto	5,5% aa Prefixada	01 ano
INVESTIMENTO	BENEFICIÁRIOS	FINALIDADE	FONTE RECURSOS	LIMITE (R\$)	JUROS	PRAZO/FORMA PAGAMENTO
PRONAMP Investimento	Produtor rural, com renda bruta anual até R\$ 1,6 milhão, entre outras condições	Financiamento das despesas normais de investimento	MCR 6-2 e MCR 6-4 (Controlado)	R\$ 350 mil	4,5% aa	Até 08 anos, com carência de até 03 anos
INOVAGRO Investimento	Produtores rurais	Investimento incorporação de inovação tecnológica nas propriedades rurais, visando aumento produtividade, adoção de boas práticas agropecuárias e gestão da propriedade rural, inserção competitiva produtores rurais diferentes mercados consumidores.	MCR 6-4 (Controlado)	R\$ 1 milhão	3,5% aa	até 10 anos, incluídos até 03 anos carência
Investimento Agropecuário Tradicional - Pecuária Leiteira	Produtor rural, PF e PJ	Financiamento para aquisição de novilhas e matrizes de bovinos para produção de leite	MCR 6-2 (Controlado) MCR 6-4 (não controlados)	R\$ 350 mil Não há teto	5,5% aa Prefixada	Mínimo de 02 até 05 anos, incluídos até 24 meses de carência Mínimo de 30 dias e máximo de 03 anos

Fonte: Classificação Produtor Rural – Central do Governo

3. REGISTRO E FORMALIZAÇÃO DA ATIVIDADE RURAL

O registro e a formalização da atividade rural variam de acordo com o país e suas legislações específicas. No entanto, a Cartilha do Produtor Rural do SEBRAE geralmente envolvem os seguintes aspectos:

1. Registro do produtor rural: É necessário registrar-se como produtor rural junto aos órgãos competentes do governo responsáveis pela agricultura ou pela atividade rural no seu país. Esses órgãos podem ter nomes diferentes em cada localidade, como Ministério da Agricultura, Departamento de Agricultura, Secretaria da Agricultura, entre outros.
2. Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ): É necessário possuir um CPF ou CNPJ válido para formalizar a atividade rural, dependendo do enquadramento da atividade (individual ou empresarial).
3. Inscrição Estadual: Para atividades rurais que envolvem a comercialização de produtos agrícolas, pode ser necessário obter uma inscrição estadual para recolhimento de impostos estaduais, como o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).
4. Licenciamento Ambiental: Em muitos países, especialmente no Brasil, é obrigatório obter um licenciamento ambiental para atividades rurais que possam causar impactos ambientais significativos, como desmatamento, uso de agrotóxicos, criação de animais, entre outros.
5. Registros específicos: Dependendo da atividade rural, podem ser necessários registros adicionais. Por exemplo, para produtores de alimentos orgânicos, pode ser necessário obter uma certificação específica que comprove o cumprimento das normas de produção orgânica.

6. Contribuições previdenciárias: Produtores rurais podem estar sujeitos ao pagamento de contribuições previdenciárias, dependendo da legislação do país. Em alguns casos, existem regimes especiais de previdência para o setor rural.

É importante ressaltar que as informações acima são gerais e podem variar de acordo com o país e a legislação local. É recomendável buscar orientação junto aos órgãos competentes e/ou um profissional especializado, como um contador ou advogado, para garantir o cumprimento de todas as obrigações legais e correta formalização da atividade rural.

O registro e a formalização da atividade rural variam de acordo com o país e suas legislações específicas, porém, envolvem os seguintes aspectos:

Registro do Produtor Rural: É necessário registrar-se como produtor rural junto aos órgãos competentes do governo responsáveis pela agricultura ou pela atividade rural de seu país. Esses órgãos podem ter nomes diferentes em cada localidade, como por exemplo o Ministério da Agricultura, Departamento de Agricultura, Secretaria de Agricultura, dentre outros.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Considerando que a sociedade esteja tentando de certa forma ter uma consciência socioambiental e às influências por países que precisam dos produtos agrícolas, com menor impacto sobre os recursos naturais, o novo Código Florestal Brasileiro limita o avanço das fronteiras agrícolas ao passo que induz o aumento da produtividade. É necessário propor estudos mais específicos, que possam verificar o impacto produtivo ao longo da cadeia, na busca de maior eficiência.

O agronegócio tem assumido uma merecida posição de destaque no debate econômico devido às suas capacidades de expansão de produtividade e de geração de oportunidades de emprego em várias regiões, mesmo em um momento em que a economia do País vive uma situação extremamente delicada, com crises políticas e institucionais persistentes, que vêm afetando seu crescimento e desenvolvimento.

Somado a este cenário o agronegócio se defronta agora com mais uma preocupação importante, relacionada ao possível impacto no setor da política de tabelamento de fretes, instituída pelo governo federal em resposta à crise oriunda da

greve dos caminhoneiros, ocorrida em maio 2022. Segundo cálculos do CEPE, com base nas matrizes insumo-produto do IBGE, o agronegócio é o setor mais vulnerável da economia brasileira à possibilidade de elevação e ineficiências na precificação dos fretes, dado que consome cerca de 42% de todos os serviços de transporte do País.

5. CONCLUSÃO

Gerar desenvolvimento, renda e emprego sempre fez e sempre fará parte da evolução do agronegócio para cada uma das regiões do Brasil. Buscar alternativas para diversificar a fonte de renda do produtor agropecuário brasileiro além de necessário é fundamental para melhoria de vida dos agricultores para que eles proporcionem alimentos a toda população.

É um setor de extrema importância para o crescimento econômico no Brasil, movimentando trilhões de reais todos os anos. O agronegócio hoje é responsável por 52,2% de tudo que é exportado no Brasil e este resultado está ligado à alta produtividade e tecnologias usadas no campo. Percebe-se que o agronegócio tem sido o propulsor da economia mesmo em tempos difíceis vividos pela pandemia do COVID-19.

O país vem se destacando também pela produção de biocombustíveis, principalmente etanol feito da cana-de-açúcar.

O agronegócio brasileiro tem sido a roda motriz da economia. Em 2018, por exemplo, representou 21% de todo o PIB (Produto Interno Bruto) do país. Isso traz reflexos diretos e indiretos à economia.

O mercado de trabalho é um exemplo. No ano passado, a cada 100 empregos gerados, 38 foram no setor agro. De toda a população economicamente ativa do país, 13% dos trabalhadores estão no agronegócio. O setor emprega profissionais com formações diversas, dentre eles engenheiros agrônomos, geólogos, engenheiros florestais, biólogos, engenheiros de biosistemas, veterinários, zootecistas, administradores, entre outros.

Podemos perceber que o agronegócio abre porta para várias profissões! Mas é importante destacar que, mesmo com formação, é fundamental que os profissionais apresentem estratégias de gestão, o que garante valores positivos de produção e fluidez do negócio.

REFERÊNCIAS

A. R Inteligência de Mercado. Disponível em: <<https://arinteligencia.com.br/pt/a-evolucao-do-agronegocio-brasileiro-nas-ultimas-decadas.%20Acessado%20em%2005/05/2023>>. Acesso em: 05 mai. 2023.

IBGE | Portal do IBGE | IBGE. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 05 mai. 2023.

BARROS, G. S.A. C. 1982.

DICIONÁRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS. 1ª. Ed. São Paulo: FUNDAP Imprensa Oficial de São Paulo, 2013, v. 1, p. 76-79.

MALASSIS (1969).

Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada - CEPEA-Esalq/USP. Disponível em: <<https://www.cepea.esalq.usp.br/br>>. Acesso em: 15 mai. 2023.

LACERDA et al., 2018, p. 60.

VASCONCELLOS E TONETO JR (2016, p. 352).

MENDES; PADILHA JUNIOR, 2007, p. 3.

GREMAUD, VASCONCELLOS E TONETO JR (2016, p. 352).

International - Portal Embrapa. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/en/international>>. Acesso em: 01 jun. 2023.

BNDES - O banco nacional do desenvolvimento. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home>>. Acesso em: 01 jun. 2023.

Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Disponível em: <<https://www.cnabrasil.org.br/>>. Acesso em: 08 jun. 2023.

SILVA, 1998, p. 1.

MÜLLER, ET.AL.1989.

Home — Ministério da Agricultura e Pecuária. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br>>. Acesso em: 10 jun. 2023.

ZALUSKI E MARQUES (2015).

SEBRAE – Cartilha do Produtor Rural. Disponível em:

<<https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RN/Anexos/gestao-e-comercializacao-cartilha-do-produtor-rural.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2023.

Ministério da Agricultura e Pecuária. Disponível em:

<<https://www.gov.br/agricultura/pt-br>>. Acesso em: 16 jun. 2023.